

Ministros reúnem-se hoje com secretário de Relações Institucionais para discutir pauta do esforço concentrado do Congresso e qual a melhor data para apresentar o projeto de lei que a Previdência está preparando

BRASÍLIA - A extensão da contribuição previdenciária para servidores inativos e pensionistas da União é um dos assuntos da primeira reunião de articulação política do novo governo. Hoje, um grupo de ministros vai encontrar-se no Palácio do Planalto com o secretário de Relações Institucionais da Presidência, Eduardo Graeff, para discutir a pauta do esforço concentrado do Congresso e a apresentação do projeto de lei, que será concluído pelo Ministério da Previdência ainda este mês.

Nas conversas desta semana os políticos tentarão detectar o melhor momento político para a apresentação da proposta, que já custou ao governo sucessivos desgastes e derrotas no Congresso. A tendência é que a cobrança dos inativos seja enviada apenas na próxima legislatura, que terá início em fevereiro, quando o governo espera enfrentar menos resistência.

O ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, afirmou ontem que o governo gostaria de ver aprovado pelo Congresso o projeto de lei que vai instituir a cobrança previdenciária sobre os vencimentos dos servidores inativos e aposentados da União até abril. Segundo ele, se for aprovado em abril e passada a carência de 90 dias, o início da arrecadação dos inativos seria feita já no segundo semestre, o que contribuiria com R\$ 2,5 bilhões para os objetivos do programa de estabilidade fiscal.

Do encontro da manhã de hoje participam, além de Ornélas, os ministros das Comunicações, Pimenta da Veiga, dos Transportes, Eliseu Padilha, e do Trabalho, Francisco Dornelles. Eles serão os interlocutores do presidente Fernando Henrique Cardoso perante os partidos aliados no segundo governo. Mas, de acordo com Ornélas, a decisão de mandar a proposta ao Congresso será tomada exclusivamente por Fernando Henrique.

Ontem, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu a união da bancada governista em torno da proposta e frisou que a receita resultante da nova cobrança é importante para os objetivos fiscais do governo. De acordo com ele, "não se pode mexer na estimativa de receita do projeto", que é de R\$ 2,8 bilhões neste ano e R\$ 4,5 bilhões a partir de 2000. O governo qualifica a cobrança previdenciária dos inativos como uma das prioridades deste semestre.

O Ministério da Previdência concluiu hoje o levantamento de dados sobre os vencimentos e descontos de servidores públicos com que pretende mostrar ao Congresso as dis-

torções entre os salários dos funcionários da ativa e o dos servidores inativos e aposentados. Até agora, o governo já decidiu estabelecer uma contribuição previdenciária temporária, enquanto conclui a regulamentação da reforma da Previdência, cujos projetos serão enviados ao Congresso também no início da próxima legislatura.

Proteção - Além disso, já está definido o estabelecimento de uma linha de corte, para proteger os vencimentos dos servidores com salário de até R\$ 1,2 mil, que permanecerão isentos. Com isso, governo espera reduzir a resistência do Congresso e aprovar a medida. O Ministério da Previdência também está concluindo as simulações para a fixação da alíquota. O índice será definido de acordo com as necessidades de financiamento da Previdência e as expectativas de economia do programa de ajuste fiscal.

Ontem, o ministro da Previdência voltou a ressaltar que a alíquota ainda não foi fechada. "Ainda estamos examinando", afirmou. "Já era de 20% e eu estou vendo deputados propondo 30%, mas não está fechado", acrescentou, referindo-

se ao projeto do deputado tucano José Aníbal (SP), que propõe o recolhimento de até 30% dos vencimentos de aposentados e pensionistas cujos vencimentos superem R\$ 1,2 mil. A cobrança previdenciária, por esse projeto, seria feita de modo progressivo, de acordo com o salário.

Cronograma - Também na manhã de hoje devem reunir-se os líderes dos partidos aliados para decidir o cronograma e a estratégia de votação durante a convocação extraordinária do Congresso, aberta ontem. O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP) explicou que já estão definidas algumas das prioridades do Planalto para o esforço concentrado: a aprovação da emenda constitucional que prorroga e aumenta para 0,38% a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da proposta de Orçamento da União para 1999, dois importantes pontos do programa de estabilidade fiscal.

Também estão na lista de prioridades a medida provisória que eleva a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e os projetos que regulamentam a reforma administrativa. Segundo o ministro Eliseu Padilha, a MP que eleva o IOF precisa ser votada até 30 de janeiro, sob pena de perder a validade. Como trata de assunto tributário, explicou o ministro, a medida não poderá ser reeditada.

Presidente alerta para riscos da globalização